



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7681 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A LEITURA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO NA ESCOLA DE 1º GRAU: ACERVO DE LIVROS PARA SESSÃO DE LEITURA DIRIGIDA POR FICHAS (1972 - 1981)

Vanessa do Nascimento Vicentini - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Agência e/ou Instituição Financiadora: não há

A LEITURA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO NA ESCOLA DE 1º GRAU: ACERVO DE LIVROS PARA SESSÃO DE LEITURA DIRIGIDA POR FICHAS (1972 - 1981)

Com os objetivos de contribuir para as discussões sobre a história das políticas de formação de leitores nas escolas da rede municipal de São Paulo e problematizar de que modo essas políticas se associam a determinadas concepções de Educação a partir da segunda metade do século XX, apresentam-se, neste texto, resultados parciais de pesquisa de Mestrado em Educação, cujo enfoque centra-se na *Instituição da técnica de leitura dirigida por fichas no ensino de 1º grau no município de São Paulo – Programa Escola – Biblioteca (1972 – 1981)* mediante análise de documentos referentes ao projeto piloto *Programa Escola-Biblioteca*, iniciado em 1972, que deu origem ao programa *Espaço e Sala de Leitura*, em vigência nessa rede por mais de quatro décadas. Este programa atendia à determinação da Reforma do Ensino através da Lei nº 5692 de 1971, que instituiu a prática da pesquisa na escola.

Por meio de abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida a partir da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada sobre o tema, reuniu-se referências de textos relacionados à formação de leitores na prefeitura de São Paulo. Os resultados apresentados neste texto referem-se à análise do documento *Relatório de Atividades do Setor Escola-Biblioteca*, publicado pelo Setor de Atividades Escola-Biblioteca em 1981, que apresenta a relação dos critérios adotados para a seleção de obras destinadas à realização da técnica de leitura dirigida por fichas, de 1972 a 1981.

A análise do conjunto de aspectos inter-relacionados, constitutivos da configuração textual dos critérios para a formação de acervo apresentados no documento *Relatório de Atividades do Setor Escola-Biblioteca* no âmbito do *Programa Escola-Biblioteca* da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo foi desenvolvida considerando os dados presentes em documentos do Programa Escola – Biblioteca disponibilizados pela Memória Técnica Documental de São Paulo e documentos orientadores - que indicam as formas de seleção, utilização deste acervo e quais objetivos esperados – todos relacionados ao avanço

das práticas de leitura pelos alunos e formação de leitores. Foi realizada análise deste material por meio do conceito de configuração textual.

Para alcançar as expectativas anunciadas em relação ao avanço na formação de leitores, a ação pedagógica utilizada pelos elaboradores do Programa foi centrada na técnica de leitura que consistia em uma leitura dirigida por fichas plastificadas com perguntas aos leitores e que eram utilizadas durante a leitura das obras literárias em sessões semanais. A técnica de leitura dirigida por fichas representava uma das principais práticas desenvolvidas pelo programa e tinha por finalidade o desenvolvimento de habilidades de leitura pelos alunos. Essa técnica era aplicada por meio de uma programação semanal, para alunos da 1º à 6º série do 1º grau, e possuía acervo específico para sua utilização.

Entre justificativas apresentadas pela Rede Municipal de Educação para a implementação do Programa, estavam: a expectativa de um melhor rendimento dos alunos das escolas de 1º Grau na área de Comunicação e Expressão, a formação de habilidades de compreensão de leitura, aquisição de habilidades de estudo, desenvolvimento de hábito de leitura, formação de leitores capazes de compreender e julgar o que leem e utilização de livros para informação e lazer.

Como disciplina curricular, o Português, sofreu, no início dos anos 1970, em decorrência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5692/71), uma radical mudança. Houve a reformulação do ensino primário que deveria estar a serviço do desenvolvimento do país. A concepção de língua, também mudou para atender a este objetivo: passa a ser considerada instrumento de comunicação, de caráter utilitário e pragmático, para promoção deste desenvolvimento e a disciplina, para as séries iniciais do 1º grau, passa a ser denominada Comunicação e Expressão. A mudança de concepção de língua que passa a figurar é centrada não mais no estudo sobre a língua, mas, sim, no desenvolvimento de uso da língua (SOARES, 2012).

Nessa perspectiva, a escolha dos textos para leitura não atendem, necessariamente, critérios literários, antes, passam a figurar na escola os textos – verbais e não - verbais - considerado próprios para desenvolvimento de práticas sociais. Com a mudança de concepção de língua, o ensino de leitura traz novas concepções sobre o quê e para quê se vai ler na escola, bem como, o que se quer ensinar com esta leitura. Articulando os conceitos de representação, prática e apropriação -, Chartier (1988) expõe o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler e, nessa perspectiva, problematiza os processos de apropriação. Discutindo as questões de representação, promove a reflexão de como as estruturas de poder moldam os indivíduos nas diversas situações e de diversas formas na sociedade. O autor aponta, ainda, a necessidade de o historiador da cultura considerar diversos aspectos de uma publicação ao proceder sua análise: o tamanho do livro, seu formato, contexto editorial, etc., e, além da materialidade, considerar o público e todas as dimensões que contemplam o sentido de um texto. (CHARTIER, 1988).

Nesse sentido, tomando os *Critérios para seleção de acervo de livros para leitura dirigida por fichas* como base, a proposta para formação de leitores desenvolvida na ocasião da implementação do *Programa Escola – Biblioteca* indica sua sintonia com a perspectiva da racionalidade técnica instituída no país especialmente após a promulgação da Lei 5.692 de 1971, durante o regime ditatorial militar, quando também a Teoria da Comunicação passou a dar base para formulação de novos currículos para o ensino da língua portuguesa. Por fim, os documentos aqui analisados, ao possibilitar reflexões acerca do ensino e aprendizagem de leitura no período em que foram adotados, associadamente o contexto histórico de controle rígido por parte do regime ditatorial miliar, também fornecem pistas acerca de procedimentos

de controle de formação, sobretudo de sujeitos leitores, por parte das políticas de escolarização da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e possibilita entender de que modo essa prática desenvolvida no PEB se associa a determinadas concepções de educação a partir da segunda metade do século XX, às políticas de formação de leitores literários, evidenciando quais pressupostos moveram essas práticas e quais seus resultados.

Palavras-chave: Ensino de leitura. Seleção de acervo. Leitura dirigida. Formação de leitores. Comunicação e expressão.

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*. São Paulo: UNESP; Brasília: COMPED, 2000.
- SÃO PAULO (Município). *Relatório de Atividades do Setor Escola- Biblioteca: dados sobre as salas de Leitura* E2.6.1/3, 1981.
- SOARES, Magda. Português na escola – História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da norma*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002